

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	8
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	10
---	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	37
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	40
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	41
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.180.792.000
Preferenciais	0
Total	1.180.792.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	3.095.152	3.362.151
1.01	Ativo Circulante	307.174	475.880
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	77.102	172.944
1.01.03	Contas a Receber	36.706	114.791
1.01.03.01	Clientes	36.706	114.791
1.01.04	Estoques	126.300	103.571
1.01.06	Tributos a Recuperar	43.031	71.315
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	43.031	71.315
1.01.06.01.01	Crédito de imposto de renda e contribuição social	39.284	36.167
1.01.06.01.02	Outros créditos fiscais a recuperar	3.747	35.148
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	24.035	13.259
1.01.08.03	Outros	24.035	13.259
1.02	Ativo Não Circulante	2.787.978	2.886.271
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	150.125	139.696
1.02.01.07	Tributos Diferidos	33.799	24.802
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	33.799	24.802
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	116.326	114.894
1.02.01.10.03	Depósitos vinculados	111.331	111.674
1.02.01.10.04	Crédito de imposto de renda e contribuição social	1.879	1.882
1.02.01.10.05	Outros créditos fiscais a recuperar	2.988	1.216
1.02.01.10.07	Outros ativos não circulantes	128	122
1.02.03	Imobilizado	2.632.897	2.741.432
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.616.812	2.667.308
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	42	81
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	16.043	74.043
1.02.04	Intangível	4.956	5.143
1.02.04.01	Intangíveis	4.956	5.143

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2022	Penúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	3.095.152	3.362.151
2.01	Passivo Circulante	154.807	526.321
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.365	10.399
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10.365	10.399
2.01.02	Fornecedores	57.666	89.835
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	57.666	89.835
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	71.372	63.394
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	34.891	34.259
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	34.891	34.259
2.01.04.02	Debêntures	36.481	29.135
2.01.05	Outras Obrigações	15.404	362.693
2.01.05.02	Outros	15.404	362.693
2.01.05.02.05	Outras obrigações fiscais e regulatórias	4.389	1.847
2.01.05.02.06	Ressarcimentos às distribuidoras	0	355.276
2.01.05.02.07	Outros passivos circulantes	11.015	5.570
2.02	Passivo Não Circulante	1.717.315	1.699.589
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.717.157	1.699.357
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	726.520	750.470
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	726.520	750.470
2.02.01.02	Debêntures	990.637	948.887
2.02.02	Outras Obrigações	158	232
2.02.02.02	Outros	158	232
2.02.02.02.05	Outros passivos não circulantes	158	232
2.03	Patrimônio Líquido	1.223.030	1.136.241
2.03.01	Capital Social Realizado	1.076.692	1.076.692
2.03.02	Reservas de Capital	104.100	0
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	104.100	0
2.03.04	Reservas de Lucros	42.229	59.535
2.03.04.01	Reserva Legal	9.320	9.320
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	32.909	50.215
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	9	14

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	672.264	587.311
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-463.164	-531.448
3.02.01	Depreciação e amortização	-158.897	-120.186
3.02.02	Combustível para produção de energia elétrica	-102.593	-125.551
3.02.03	Materiais e serviços de terceiros	-78.851	-74.789
3.02.04	Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	-33.341	-38.915
3.02.05	Energia elétrica comprada	-30.168	-98.892
3.02.06	Pessoal	-28.538	-27.738
3.02.07	Transações no mercado de energia de curto prazo	-8.381	-23.812
3.02.08	Outros	-22.395	-21.565
3.03	Resultado Bruto	209.100	55.863
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-23.487	-775
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.131	-1.574
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-18.356	799
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	185.613	55.088
3.06	Resultado Financeiro	-212.079	-220.183
3.06.01	Receitas Financeiras	24.765	11.426
3.06.02	Despesas Financeiras	-236.844	-231.609
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-26.466	-165.095
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	9.160	55.944
3.08.01	Corrente	166	331
3.08.02	Diferido	8.994	55.613
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-17.306	-109.151
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-17.306	-109.151
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,01607	-0,10138
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	-0,01607	-0,10138

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	-17.306	-109.151
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-5	23
4.02.01	Remensuração de obrigações com aposentadoria	-8	34
4.02.02	Imposto de renda e contribuição social diferidos - obrigações com aposentadoria	3	-11
4.03	Resultado Abrangente do Período	-17.311	-109.128

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-78.631	258.470
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	343.250	179.873
6.01.01.01	Resultado antes dos tributos	-26.466	-165.095
6.01.01.02	Juros e variação monetária	190.224	224.676
6.01.01.03	Depreciação e amortização	158.897	120.186
6.01.01.04	Baixa de ativo imobilizado	20.580	0
6.01.01.05	Outros	15	106
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-289.759	199.887
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	79.262	-15.778
6.01.02.02	Crédito de imposto de renda e contribuição social	-3.114	-2.620
6.01.02.03	Outros créditos fiscais a recuperar	30.039	22.276
6.01.02.04	Estoques	-22.729	-24.386
6.01.02.05	Outros ativos	-10.782	2.250
6.01.02.06	Fornecedores	-15.152	279
6.01.02.07	Outras obrigações fiscais e regulatórias	2.424	-978
6.01.02.08	Obrigações trabalhistas	-34	1.277
6.01.02.09	Ressarcimento às distribuidoras	-355.276	215.947
6.01.02.10	Outros passivos	5.603	1.620
6.01.03	Outros	-132.122	-121.290
6.01.03.01	Pagamento de juros sobre instrumentos de dívida	-132.122	-121.290
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-87.812	-137.663
6.02.01	Aplicação no imobilizado e intangível	-87.812	-137.663
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	70.601	-986.391
6.03.01	Redução de capital	0	-880.000
6.03.03	Pagamento de instrumentos de dívida	-46.340	-37.395
6.03.04	Adiantamento para futuro aumento de capital	104.100	0
6.03.05	Depósitos vinculados ao serviço da dívida	12.841	-65.589
6.03.06	Pagamento de dividendos	0	-2.103
6.03.07	Outros	0	-1.304
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-95.842	-865.584
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	172.944	1.038.528
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	77.102	172.944

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.076.692	0	59.535	0	14	1.136.241
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.076.692	0	59.535	0	14	1.136.241
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	104.100	0	0	0	104.100
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	104.100	0	0	0	104.100
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-17.306	-5	-17.311
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-17.306	0	-17.306
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-5	-5
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-17.306	17.306	0	0
5.06.04	Absorção do prejuízo do exercício	0	0	-17.306	17.306	0	0
5.07	Saldos Finais	1.076.692	104.100	42.229	0	9	1.223.030

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.956.692	0	168.686	0	-9	2.125.369
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.956.692	0	168.686	0	-9	2.125.369
5.04	Transações de Capital com os Sócios	-880.000	0	0	0	0	-880.000
5.04.09	Redução de capital	-880.000	0	0	0	0	-880.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-109.151	23	-109.128
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-109.151	0	-109.151
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	23	23
5.05.02.06	Remensuração de obrigações com aposentadoria	0	0	0	0	23	23
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-109.151	109.151	0	0
5.06.04	Absorção do prejuízo do exercício	0	0	-109.151	109.151	0	0
5.07	Saldos Finais	1.076.692	0	59.535	0	14	1.136.241

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Penúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	730.275	667.986
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	748.631	667.187
7.01.02	Outras Receitas	-18.356	799
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-280.912	-382.210
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-83.693	-75.734
7.02.04	Outros	-197.219	-306.476
7.02.04.01	Combustível para produção de energia elétrica	-102.593	-125.551
7.02.04.02	Encargos de uso de rede elétrica e de conexão	-33.341	-38.915
7.02.04.03	Transações no mercado de energia de curto prazo	-8.381	-23.812
7.02.04.04	Energia elétrica comprada	-30.168	-98.892
7.02.04.07	Outros	-22.736	-19.306
7.03	Valor Adicionado Bruto	449.363	285.776
7.04	Retenções	-158.897	-120.186
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-158.897	-120.186
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	290.466	165.590
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	24.765	11.426
7.06.02	Receitas Financeiras	24.765	11.426
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	315.231	177.016
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	315.231	177.016
7.08.01	Pessoal	24.192	24.407
7.08.01.01	Remuneração Direta	13.660	15.046
7.08.01.02	Benefícios	6.245	5.229
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.096	1.150
7.08.01.04	Outros	3.191	2.982
7.08.01.04.01	Participação nos resultados	3.191	2.982
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	62.382	22.368
7.08.02.01	Federais	61.327	9.111
7.08.02.02	Estaduais	615	12.858
7.08.02.03	Municipais	440	399
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	238.095	232.457
7.08.03.01	Juros	204.240	230.320
7.08.03.02	Aluguéis	1.277	938
7.08.03.03	Outras	32.578	1.199
7.08.03.03.02	Outras despesas financeiras	32.578	1.199
7.08.05	Outros	-9.438	-102.216
7.08.05.01	Encargos setoriais	7.868	6.935
7.08.05.04	Absorção do prejuízo do exercício	-17.306	-109.151

Exercícios de

2022
2021



USINA TERMELÉTRICA PAMPA SUL S.A.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

CNPJ 04.739.720/0001-24 NIRE 42 3 0002610-7

R. Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 | Agronômica
Florianópolis – SC | CEP 88025-255



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. ("Pampa Sul" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 31.12.2022. As informações estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

1. Perfil Institucional

A Companhia tem como objeto social a geração de energia elétrica por meio da operação da Usina Termelétrica Pampa Sul ("Usina"), localizada no município de Candiota (RS), que utiliza o carvão mineral como fonte de energia. A Usina, de 345,0 MW de capacidade instalada e 323,5 MWm de capacidade comercial, vendeu em 28.11.2014, no 20º Leilão de Energia nova (A-5/2014), 294,5 MWm em contrato de 25 anos, tendo entrado em operação comercial em 28.06.2019.

2. Estrutura e Controle Acionário

Com 1.076.692.000 ações ordinárias, a Companhia acumulava capital social de R\$ 1.076.692 mil ao final de 2022, sendo controlada pela ENGIE Brasil Energia S.A. ("ENGIE Brasil Energia" ou "ENGIE"), uma plataforma de investimento em infraestrutura em energia sediada em Florianópolis, atuante nas atividades de geração, comercialização, *trading* e transmissão de energia elétrica. Atua ainda no segmento de transporte de gás, por meio de participação na Transportadora Associada de Gás S.A. – TAG, em conjunto com outros sócios.

Em decorrência da estratégia de descarbonização do Grupo ENGIE, em 15.09.2022, foi assinado o contrato de venda de ações da Companhia para as compradoras Grafito Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Perfin Space X Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura. O Contrato regula a aquisição, pelos compradores, da totalidade da participação societária que a ENGIE Brasil Energia possui na Pampa Sul, a qual detém a totalidade dos ativos que compõem a Usina. A conclusão da transação está prevista para o primeiro semestre de 2023.

2.1 Governança Corporativa

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, cujos poderes, atribuições e responsabilidades constam na legislação e no Estatuto Social. Os Conselheiros são eleitos em Assembleia Geral e a Diretoria pelo Conselho de Administração. Os mandatos são de 3 (três) anos, com possibilidade de reeleição.

O atual Conselho de Administração, eleito na 21ª Assembleia Geral Ordinária de 06.04.2022 é composto por sete membros: Eduardo Antonio Gori Sattamini, Marcos Keller Amboni, José Luiz Jansson Laydner, Marcelo Cardoso Malta, Cristina Riggensbach, Sérgio Roberto Maes e Guilherme Slovinski Ferrari, sendo o primeiro escolhido para exercer a função de presidente do Conselho.

A Diretoria Executiva, reeleita na 94ª Reunião do Conselho de 11.08.2022, possui a seguinte composição: José Luiz Jansson Laydner ocupando a função de Diretor Presidente, Patricia Fabiana Farrapeira Muller eleita Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores e Sérgio Roberto Maes na posição de Diretor Técnico-Operacional.

3. Ambiente Macroeconômico

A persistência da pandemia de Covid-19, a guerra entre Ucrânia e Rússia, a elevação do custo de vida e a piora das condições financeiras em diversos países impactaram a atividade econômica mundial em 2022. Houve aumento dos preços de alimentos e energia, devido à redução da oferta de matérias-primas fornecidas pela região em conflito; elevação das taxas de juros nas economias desenvolvidas, como Estados Unidos; e gargalos nas cadeias globais de abastecimento. O Fundo Monetário Internacional prevê-se que o crescimento mundial desacelerou de 6% em 2021 para 3,2% em 2022. A inflação mundial tem expectativa de aumentar de 4,7% em 2021 para 8,8% em 2022.

No Brasil, o fim das medidas de restrição causadas pela pandemia e estímulos econômicos tiveram um impacto positivo na economia. A estimativa de crescimento do PIB, de acordo com Boletim Focus, é em torno de 3,0% – a divulgação do dado oficial deve ocorrer em março de 2023.

Por outro lado, a inflação representou uma preocupação no período, tendo atingido 12,1% próximo à metade do ano, arrefecendo na segunda metade, e encerrando o ano em 5,8% - 0,8 p.p. acima da meta de inflação estabelecida pelo Banco Central. Apesar de mais controlada, a pressão inflacionária fez com que a taxa básica de juros (Selic) fosse elevada – 13,75%. O dólar (Ptax) encerrou 2022 em R\$5,22 – 6,5% inferior ao registrado ao final de 2021.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. Desempenho Operacional

Em 2022, a geração total bruta da Usina alcançou 1.134,3 GWh, 27,5% abaixo da observada em 2021, que foi de 1.564,8 GWh. A queda se justifica por manutenções essenciais para o funcionamento da Usina, que transcorreram entre março e agosto, e pelo menor despacho da Usina pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em decorrência da melhor hidrologia no país, em comparação à 2021. A eficiência teve um aumento de 0,3 p.p, indo de 35,4% em 2021 para 35,7% em 2022.

O índice de disponibilidade atingido em 2022 foi de 48,3%, 4,0 p.p. menor que o atingido no ano anterior, de 52,3%.

5. Desempenho Econômico-financeiro

5.1 Desempenho Econômico-financeiro

Indicadores de resultado	2022	2021	Var. (R\$)	Var. (%)
Receita operacional líquida	672.264	587.311	84.953	14,5
Lucro bruto	209.100	55.863	153.237	274,3
Margem bruta	31,1%	9,5%		21,6 p.p.
Ebitda (Lajida) ¹	344.510	175.274	169.236	96,6
Margem Ebitda	51,2%	29,8%		21,4 p.p.
Depreciação e amortização	(158.897)	(120.186)	(38.711)	32,2
Resultado financeiro	(212.079)	(220.183)	8.104	(3,7)
Imposto de renda e contribuição social	9.160	55.944	(46.784)	(83,6)
Prejuízo do exercício	(17.306)	(109.151)	91.845	(84,1)

¹Ebitda (Lajida): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + resultado financeiro + depreciação e amortização

5.2 Receita operacional líquida

	2022	2021	Var (R\$)	Var (%)
Suprimento de energia elétrica	650.320	461.100	189.220	41,0
Transações mercado de curto prazo	19.342	123.061	(103.719)	(84,3)
Outras receitas	2.602	3.150	(548)	(17,4)
	672.264	587.311	84.953	14,5

Em 2022, a receita operacional líquida da Companhia apresentou acréscimo de R\$ 84.953 mil (14,5%), atingindo R\$ 672.264 mil, frente aos R\$ 587.311 mil reconhecidos em 2021. Esse aumento é explicado, substancialmente, pela combinação dos seguintes itens: (i) aumento de R\$ 189.220 mil na venda de suprimento de energia, em virtude do reconhecimento em 2021 do mecanismo de ressarcimento relativo aos contratos de energia elétrica firmados no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e somado pelos efeitos da atualização monetária dos contratos; e (ii) decréscimo de R\$ 103.719 mil nas transações no mercado de curto prazo, devido, principalmente, à redução do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) nos anos em questão. A receita nas transações no mercado de curto prazo de 2021 resulta, principalmente, do resultado positivo do 3T21, o qual, em virtude da crise energética ocorrida naquele ano, o PLD atingiu o teto máximo de R\$ 583,88/MWh.

5.3 Custos da energia vendida

	2022	2021	Var. (R\$)	Var. (%)
Depreciação e amortização	158.897	120.186	38.711	32,2
Combustível para produção de energia elétrica	102.593	125.551	(22.958)	(18,3)
Materiais e serviços de terceiros	78.851	74.789	4.062	5,4
Encargos de uso da rede elétrica de conexão	33.341	38.915	(5.574)	(14,3)
Energia elétrica comprada	30.168	98.892	(68.724)	(69,5)
Pessoal	28.538	27.738	800	2,9
Transações no mercado de energia de curto prazo	8.381	23.812	(15.431)	(64,8)
Outros	22.395	21.565	830	3,8
	463.164	531.448	(68.284)	(12,8)

Rótulo da Administração/Comentário do Desempenho

Os custos da energia vendida reduziram em R\$ 68.284 mil (12,8%) entre os anos em comparação, passando de R\$ 531.448 mil em 2021 para R\$ 463.164 mil em 2022. Tal variação decorre, essencialmente, da combinação dos componentes a seguir:

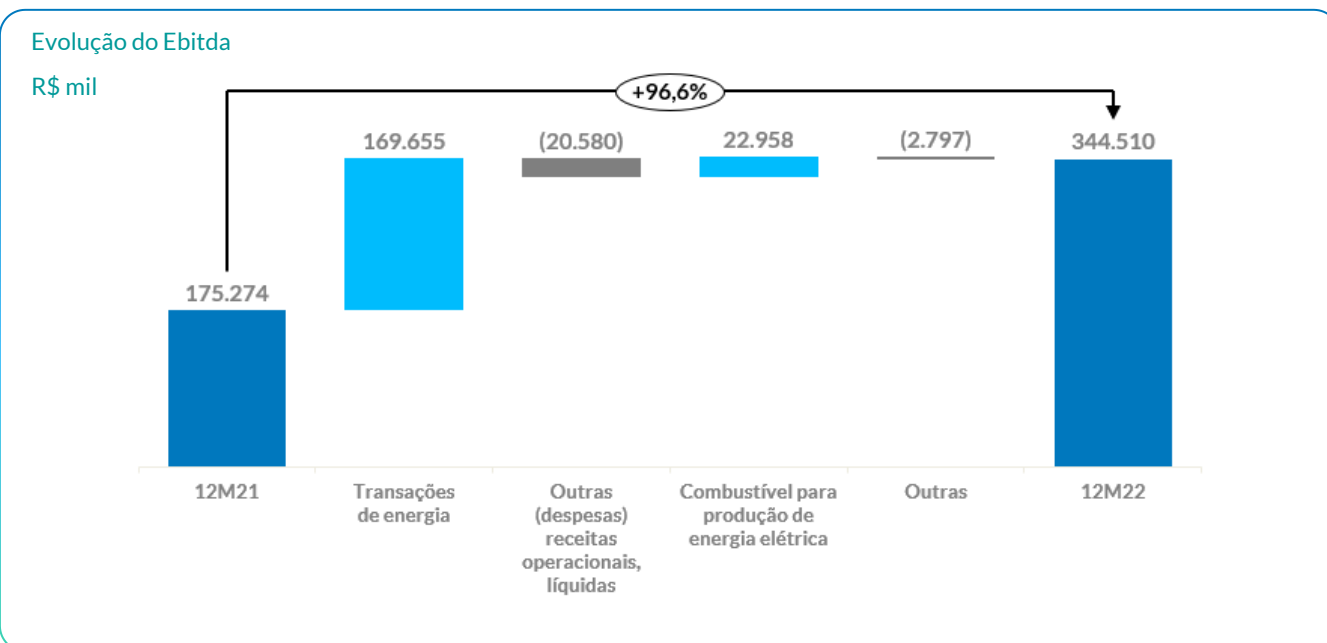
- Depreciação e amortização:** aumento de R\$ 38.711 mil (32,2%) em 2022, consequência da transferência de imobilizado em curso para imobilizado em serviço ocorrida durante o ano de 2021 e a consequente apropriação da depreciação dos referidos itens do imobilizado.
- Combustível para produção de energia elétrica:** decréscimo de R\$ 22.958 mil (18,3%) em 2022 quando comparado com o ano anterior, devido, basicamente, à redução da geração de energia e elétrica, e consequentemente, o consumo de combustível.
- Energia elétrica comprada para revenda e transações no mercado de energia de curto prazo:** redução de R\$ 68.724 mil e R\$ 15.431 mil, respectivamente, totalizando redução de R\$ 84.155 mil (68,6%). As reduções refletem, principalmente, da redução do PLD nos anos em questão. O impacto na energia elétrica comprada para revenda é decorrente da relação dos preços dos contratos de compra com o PLD. O preço médio da energia elétrica comprada para revenda foi de R\$ 60,63/MWh em 2022, 68,8% inferior ao praticado em 2021, R\$ 194,31/MWh.

5.4 Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas

Em 2022 a Companhia reconheceu no resultado o montante R\$ 20.580 mil oriundos de baixa de ativos decorrente de manutenções realizadas no ano.

5.5 Ebitda

Refletindo os efeitos mencionados anteriormente, exceto a variação da depreciação, o Ebitda em 2022 foi de R\$ 344.510 mil, R\$ 169.236 mil (96,6%) acima do apurado em 2021, de R\$ 175.274 mil.



5.6 Resultado financeiro

As despesas financeiras líquidas apresentaram redução de R\$ 8.104 mil (3,7%) entre 2021 e 2022, atingindo o montante de R\$ 212.079 mil em 2022 (R\$ 220.183 mil em 2021). A redução, decorre, principalmente, pelos seguintes fatores: (i) redução dos juros e variações monetárias sobre debêntures e empréstimos, oriundo do decréscimo do IPCA nos anos em questão; (ii) pelo acréscimo da renda de aplicações financeiras e depósitos vinculados, ocasionado pelo aumento do CDI nos anos analisados; e parcialmente atenuado pelo (iii) reconhecimento de R\$ 31.213 mil oriundo de contratação de fiança bancária.

5.7 Imposto de renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

O resultado positivo reduziu R\$ 46.784 mil (83,6%), de R\$ 55.944 mil em 2021 para R\$ 9.160 mil em 2022, em decorrência da redução do resultado antes dos tributos.

Ório da Administração/Comentário do Desempenho

5.8 Prejuízo do exercício

O prejuízo do exercício de 2022 foi de R\$ 17.306 mil, R\$ 91.845 mil (84,1%) inferior ao prejuízo de R\$ 109.151 mil apresentados em 2021, consequência da combinação dos itens apresentados anteriormente.

6. Gestão de Pessoas

A Companhia contava ao final de 2022 com 121 colaboradores, 13,1% a mais que os 107 existentes em 2021.

7. Gestão Socioambiental

Pampa Sul segue como referência base para suas ações socioambientais a Política ENGIE Brasil Energia de Gestão Sustentável, que abrange as dimensões Governança, Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança no Trabalho, Responsabilidade Social e Engajamento de Partes Interessadas. A política é pública e pode ser encontradas no website em <https://www.engie.com.br/investidores/governanca-corporativa/estatuto-social-codigos-e-politicas/>.

A Usina conta com Licença Ambiental de Operação (LO) emitida pelo IBAMA e válida até 13.06.2029, para a condução das operações da Usina Termelétrica Pampa Sul, reservatório, Linha de Transmissão e correia transportadora de carvão.

A partir da identificação e avaliação dos impactos socioambientais gerados em decorrência do empreendimento, são propostos programas de intervenção, controle e monitoramento na área de influência, com vistas a avaliar a evolução dos impactos previstos e a eficiência das medidas propostas nas fases de implantação e operação do empreendimento.

Os programas têm como premissa básica a proposição de ações capazes de evitar, atenuar, reparar ou compensar os danos/impactos previstos, assim como otimizar os investimentos a serem aplicados na região. Dentre vários investimentos para a comunidade, salienta-se a construção de uma nova Estação de Tratamento de Água (TA) em Candiota (RS), por meio de um convênio entre a Prefeitura e a UTE Pampa Sul. Essa instalação deve suprir as necessidades de água do município por, pelo menos, mais 20 anos.

Outro destaque é o subprograma de educação ambiental na agricultura familiar, que visa a sustentabilidade socioeconômica das famílias em assentamentos rurais, através do apoio técnico, desenvolvimento de projetos e promoção da adoção de práticas ecologicamente sustentáveis. Participaram dessas atividades 30 comunidades, 29 na fase de instalação (582 famílias), 14 na fase de operação (778 famílias) e 5 escolas em ambas as fases. Por meio desse programa, foram recuperadas 103 nascentes, sendo 65 delas na fase de instalação e 38 na fase de operação.

Abaixo, apresentamos a lista dos planos e programas socioambientais do empreendimento, relacionados à licença de operação:

1. Sistema de Gestão Ambiental - SGA
2. Programa Ambiental da Geração - PAG
3. Programa de Monitoramento das Águas Superficiais
4. Programa de Monitoramento das Águas Subterrâneas
5. Programa de Monitoramento de Ruídos
6. Programa de Recuperação de Áreas Degradadas
7. Subprograma de Controle e Monitoramento da Qualidade do Ar, Meteorológicos e Emissões Atmosféricas
8. Programa de Controle de Pragas e Vetores
9. Programa de Gestão do Reservatório
10. Programa de Reposição Florestal
11. Programa de Revegetação das Matas Ciliares e Conexão do Corredor Ecológico
12. Programa de Manutenção da Faixa de Servidão da LT
13. Programa de Implantação da Cortina Vegetal
14. Programa de Monitoramento de Fauna
 - 14.1. Subprograma de Monitoramento de Aves e Mamíferos
 - 14.2. Subprograma de Monitoramento de Atropelamentos

Ório da Administração/Comentário do Desempenho

- 15. Programa de Monitoramento da Ictiofauna
 - 15.1. Subprograma de Resgate de Ictiofauna
 - 15.2. Subprograma de Monitoramento de Taxocenose do Rio Jaguarão
 - 15.3. Subprograma de Mitigação de Impactos sobre os Peixes Anuais
 - 15.4. Subprograma de Monitoramento de Ictioplâncton
- 16. Programa de Comunicação Social
- 17. Programa de Educação Ambiental
 - 17.1. Subprograma de Educação Ambiental com Grupos Sociais
 - 17.2. Subprograma de Educação Ambiental na Agricultura Familiar
 - 17.3. Subprograma de Educação Ambiental aos Trabalhadores
- 18. Programa de Monitoramento dos Indicadores de Saúde
- 19. Plano de Gerenciamento de Riscos
- 20. Plano de Atendimento às Emergências

8. Direitos dos Acionistas

O detentor de cada ação ordinária tem direito de voto em assembleia geral ordinária ou extraordinária; de receber dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 10% do lucro líquido ajustado, nos termos da Lei das Sociedades Anônimas; de fiscalizar a administração da Companhia, nos termos do Estatuto Social; e de retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das Sociedades por Ações.

9. Serviços de Auditoria

A Companhia informa que os auditores independentes da Companhia, Ernst & Young, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2022.

10. Agradecimentos

A Administração da Companhia agradece a contribuição de seus fornecedores, clientes, parceiros, acionistas, instituições financeiras, entidades governamentais, órgãos reguladores e a todos aqueles que contribuíram para a criação da Companhia e seu desempenho no ano de 2022.

A Administração

Exercícios de

2022
2021



USINA TERMELÉTRICA PAMPA SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS

CNPJ 04.739.720/0001-24 NIRE 42 3 0002610-7

R. Paschoal Apóstolo Pítsica, 5064 | Agrônômica
Florianópolis – SC | CEP 88025-255



USINA TERMELÉTRICA PAMPA SUL S.A.
CNPJ Nº 04.739.720/0001-24 | NIRE Nº 42 3 0002610-7
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais)

NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. (“Pampa Sul” ou “Companhia”) é uma geradora de energia elétrica sob o regime de produção independente e sociedade anônima, com sede no município de Florianópolis, no estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e a atividade operacional da Companhia é a geração de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Aneel, vinculada ao MME. O objeto social da Companhia é a geração de energia elétrica por meio da implantação e operação da Usina Termelétrica Pampa Sul (“UTE Pampa Sul” ou “Usina”), localizada no município de Candiota (RS).

A Companhia foi constituída em 31.10.2001, com prazo de duração indeterminado e está sob o controle acionário da ENGIE Brasil Energia S.A. (“ENGIE Brasil Energia”), a qual é controlada pela ENGIE Brasil Participações Ltda., ambas situadas no Brasil. O controle acionário da ENGIE Brasil Participações Ltda. é detido pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. Essa, por sua vez, é controlada pela International Power Ltd., empresa sediada no Reino Unido, integrante do grupo econômico ENGIE, sediado na França.

Em 28.06.2019, a Aneel autorizou o início da operação comercial da UTE Pampa Sul, com capacidade instalada de 345,0 MW¹ e garantia física de 323,5 MW médios. A Usina utiliza o carvão mineral de jazida como combustível para geração de energia elétrica e sua energia está contratada pelo prazo de 25 anos no Leilão A-5, realizado em 28.11.2014, ao preço de R\$ 278,7/MWh, atualizado até 31.12.2022.

Os principais eventos societários e operacionais ocorridos no exercício de 2022 foram estes:

a) Parada em função de manutenções da Usina

A Usina esteve parada de 12.03.2022 até 19.08.2022, de 19.11.2022 até 26.11.2022 e de 01.12.2022 até 01.03.2023, em decorrência de manutenções essenciais para seu funcionamento, afetando sua geração de energia elétrica.

b) Venda da UTE Pampa Sul

Em decorrência da estratégia de descarbonização do Grupo ENGIE, em 15.09.2022, foi assinado o SPA entre a controladora direta da Companhia, ENGIE Brasil Energia, e a ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. (“EBC”), com as compradoras Grafito Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“Grafito”) e Perfin Space X Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (“Space X”). O SPA regula a aquisição, pelos compradores, da totalidade da participação societária que as vendedoras possuem na Pampa Sul, a qual detém a totalidade dos ativos e direitos da UTE Pampa Sul. Com a venda, a ENGIE Brasil Energia irá receber em caixa o montante de até R\$ 450 milhões, previsto para 2023, e a assunção do endividamento de Pampa Sul será realizada pelos compradores, no valor aproximado de R\$ 1,8 bilhão.

c) Rating

Em 26.10.2022, a agência Standard & Poor’s manteve o *rating* de crédito de emissão em bra AAA, com perspectiva estável, das emissões de debêntures senior secured no valor de R\$ 922 milhões, ambas com vencimento final em outubro de 2036 da Companhia. Adicionalmente, em 31.10.2022, a agência Fitch Ratings manteve o *rating* nacional de longo prazo das primeira e segunda emissões de debêntures da Companhia. A perspectiva do rating foi revisada para negativa, a qual reflete a incerteza relacionada ao atingimento dos níveis de disponibilidade planejados por Pampa Sul e o nível de investimento necessário caso haja necessidade de manutenções adicionais.

¹ As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são auditadas pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a) Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade – IFRS, emitidas pelo IASB, e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da CVM e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e aprovados pelo CFC e pela CVM.

As demonstrações contábeis foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, ajustado para refletir o valor justo de determinados instrumentos financeiros, quando aplicável. Essas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda principal do ambiente econômico de operação da Companhia. As informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

c) Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza que possa gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme o CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

d) Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

e) Aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações contábeis. As premissas utilizadas são baseadas em informações disponíveis na data da preparação das demonstrações contábeis, além da experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

A principal nota explicativa vinculada a aplicação de julgamentos e práticas contábeis críticas é a Nota 7 – Imobilizado.

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

No encerramento do exercício, a Companhia realiza uma análise para determinar se há evidência de que o montante dos ativos de longa duração pode não ser recuperável. Se tal evidência é identificada, a Companhia procede ao teste de avaliação de recuperação dos ativos (*impairment*).

f) Novas normas, alterações e interpretações

O IASB e o CPC emitiram revisões às normas existentes, aplicáveis a partir de 01.01.2022. A relação destas revisões aplicáveis e adotadas pela Companhia e respectivos impactos é apresentada a seguir:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 19				
Pronunciamentos Técnicos CPC 15 (R1) – Combinação de negócios, CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, CPC 27 – Ativo imobilizado, CPC 29 – Ativo biológico e produto agrícola, CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade e CPC 38 – Instrumentos financeiros.	<i>Annual Improvements to IFRS Standards 2018-2020; Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use; Onerous contracts - Costs of Fulfilling a contract; e Reference to the Conceptual Framework</i>	01.10.2021	01.01.2022	Sem impactos relevantes.

Notas Explicativas

g) Novas normas, alterações e interpretações ainda não vigentes

A partir de 01.01.2023, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos, os quais não foram adotados antecipadamente pela Companhia:

Revisão e Normas impactadas	Correlação IASB	Data de aprovação (Brasil)/ Status	Aplicável a partir de	Impactos contábeis
Pronunciamento Técnico CPC nº 50 Este Pronunciamento vem substituir a norma atualmente vigente sobre Contratos de seguro (CPC 11).	IFRS 17	07.05.2021	01.01.2023	Não aplicável à Companhia.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 20 Pronunciamentos Técnicos CPC 11 – Contratos de seguro; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 21 (R1) – Demonstração intermediária; CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 32 – Tributos sobre o lucro; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; e CPC 39 – Contabilização e relatório contábil de planos de benefício de aposentadora.	<i>Classification of Liabilities as Current or Non-current; Extension of the Temporary Exemption from applying IFRS 9; Definition of Accounting Estimates; Disclosure of Accounting Policies; e Deferred Tax related to Assets and Liabilities arising from a Single Transaction</i>	01.03.2022	01.01.2023 (ajuste CPC 37 aplicação imediata)	Sem impactos relevantes.
Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 21 Pronunciamentos Técnicos CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos fluxos de caixa; CPC 03 (R1) – Ativo intangível; CPC 15 (R1) – Combinação de negócios; CPC 18 (R2) – Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto; CPC 25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes; CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis; CPC 27 – Ativo imobilizado; CPC 28 – Propriedade para investimento; CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada; CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados; CPC 37 (R1) – Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade; CPC 39 – Instrumentos financeiros: apresentação; CPC 30 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação; CPC 37 – Receita de contrato com cliente; CPC 38 – Instrumentos financeiros; e CPC 50 – Contratos de seguro.	IFRS 9 e IFRS 17	03.11.2022	01.01.2023	Não aplicável à Companhia.
Alteração no IFRS 16 O IASB emitiu alterações referentes aos contratos de arrendamentos em transações de <i>sale and leaseback</i> .	IFRS 16	Emissão a nível de IASB	01.01.2023	Não aplicável à Companhia.

h) Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis ora apresentadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 06.03.2023.

NOTA 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Prática contábil:

São compostos pelos numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata e sem risco significativo de mudança de valor. Tais aplicações financeiras são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sendo mensuradas ao valor justo na data das demonstrações contábeis. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

Notas Explicativas

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e depósitos bancários à vista	41.961	22.353
Aplicações financeiras		
Fundo de Investimento Exclusivo		
Operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais	35.141	150.591
	77.102	172.944

As aplicações financeiras da Companhia estão concentradas, substancialmente, no fundo exclusivo Energy Renda Fixa Fundo de Investimento Exclusivo (FIE), cuja gestão é feita pelo Banco Santander. O fundo tem como política a alocação do seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco, tendo, em 31.12.2022, 100% de sua carteira em ativos com risco do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária.

A rentabilidade média do fundo nos anos de 2022 e 2021 foi de cerca de 99,7% e 99,0% do CDI (taxa referencial dos Certificados de Depósitos Interbancários), respectivamente.

NOTA 4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Prática contábil:

São reconhecidas quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, ou seja, se fizer necessário apenas o transcorrer do tempo para sua ocorrência. Inicialmente são registradas pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensuradas pelo custo amortizado, deduzidas das perdas de crédito esperadas (*impairment*). Essas perdas esperadas são apuradas com base na experiência de perda de crédito histórica, ajustadas com base em dados observáveis recentes para refletir os efeitos e condições atuais e futuras, quando aplicável.

	31.12.2022	31.12.2021
Distribuidoras ¹	36.033	99.089
Transações realizadas na CCEE	673	15.702
	36.706	114.791

(1) Mais informações vide Nota 11 – Ressarcimento às Distribuidoras.

O prazo médio de recebimento para a atividade de comercialização de energia, é de aproximadamente 31 dias. Em 31.12.2022 a Companhia possuía R\$ 5.121 em saldos vencidos acima 30 dias. Em 31.12.2021 a Companhia apresentava R\$ 532 em saldos vencidos acima de 30 dias.

A Companhia não reconheceu perdas de crédito esperadas, haja vista sua experiência de perda de crédito histórica e sua expectativa no recebimento destes créditos.

NOTA 5. ESTOQUES

Prática contábil:

Os estoques são avaliados pelo menor valor entre o custo médio ponderado de aquisição e o seu valor realizável líquido.

	31.12.2022	31.12.2021
Almoxarifado	62.677	48.433
Adiantamento a fornecedores	42.935	39.781
Insumos para produção de energia	17.183	9.541
Outros	3.505	5.816
	126.300	103.571

A Companhia realiza adiantamentos ao fornecedor de carvão, haja vista o cumprimento de compromisso contratual de compra da cota mensal mínima de 106.000 toneladas por mês. O saldo remanescente, em 31.12.2022, era de R\$ 41.865 (R\$ 39.215 em 31.12.2021) e o aumento entre os períodos decorre da parada da Usina para manutenções essenciais, uma vez que a sua realização ocorre quando o consumo de carvão ultrapassa a cota mensal mínima.

Notas Explicativas

NOTA 6. DEPÓSITOS VINCULADOS

Prática contábil:

São mantidos para atendimento às exigências legais e contratuais. São contabilizados inicialmente pelo valor depositado e, posteriormente, pelo custo amortizado.

Em 31.12.2022, a Companhia mantinha R\$ 111.331 (R\$ 111.674 em 31.12.2021) relativo a garantias vinculadas ao contrato de financiamento. Essas garantias visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e das debêntures emitidas. São constituídas, em sua maioria, pelo montante equivalente à próxima parcela vincenda das debêntures e às despesas contratuais de operação e de manutenção para as usinas que contratam serviços de terceiros para a execução dessas atividades.

NOTA 7. IMOBILIZADO

Prática contábil:

Mensuração

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção. Os juros e os demais encargos financeiros dos financiamentos relacionados com as imobilizações em curso são computados como custo do respectivo imobilizado, assim como os ganhos e perdas de hedge de fluxo de caixa registrados no patrimônio líquido que se qualificam em relação aos imobilizados. Os custos dos ativos imobilizados são deduzidos das depreciações acumuladas e das provisões para redução ao valor recuperável do ativo (*impairment*), quando aplicável.

Depreciação

A depreciação dos ativos em plena operação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, as quais são praticadas pelas empresas do setor elétrico brasileiro e representam a vida útil estimada dos bens. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

IMOBILIZADO

	Taxa média de depreciação		Taxa média de depreciação
 Máquinas e equipamentos	4,1%	 Móveis e utensílios	6,3%
 Edificações e benfeitorias	2,5%	 Veículos	14,3%
 Reservatórios, barragens e adutoras	2,0%	 Direito de uso de arrendamento	24,5%

Notas Explicativas

a) Composição

	31.12.2022		31.12.2021	
	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço				
Máquinas e equipamentos	2.572.980	(397.781)	2.175.199	2.219.286
Edificações e benfeitorias	281.134	(24.442)	256.692	259.341
Reservatórios, barragens e adutoras	197.299	(13.346)	183.953	187.858
Móveis e utensílios	1.168	(209)	959	811
Veículos	18	(9)	9	12
Direito de uso de arrendamentos	155	(113)	42	81
	3.052.754	(435.900)	2.616.854	2.667.389
Em curso				
Edificações e benfeitorias	8.509	-	8.509	9.229
Máquinas e equipamentos	7.514	-	7.514	63.378
Aquisições a ratear	20	-	20	1.436
	16.043	-	16.043	74.043
	3.068.797	(435.900)	2.632.897	2.741.432

b) Mutação do ativo imobilizado

	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Reservatórios, barragens e adutoras	Outros	Imobilizado em curso	Total
Saldos em 31.12.2020	2.279.892	266.289	183.113	906	28.614	2.758.814
Ingressos	-	-	-	-	102.670	102.670
Transferências	48.564	-	8.578	99	(57.241)	-
Baixas	(46)	-	-	-	-	(46)
Depreciação	(109.124)	(6.948)	(3.833)	(101)	-	(120.006)
Saldos em 31.12.2021	2.219.286	259.341	187.858	904	74.043	2.741.432
Ingressos	-	-	-	-	70.753	70.753
Transferências	124.111	4.423	-	219	(128.753)	-
Baixas	(20.580)	-	-	-	-	(20.580)
Depreciação	(147.618)	(7.072)	(3.905)	(113)	-	(158.708)
Saldos em 31.12.2022	2.175.199	256.692	183.953	1.010	16.043	2.632.897

c) Autorização do órgão Regulador

A Companhia é detentora da autorização para exploração de energia elétrica de Pampa Sul, com capacidade instalada de 345,0 MW e garantia física de 323,5 MW médios, e a respectiva autorização para funcionamento tem vigência até março de 2050.

Notas Explicativas

NOTA 8. FORNECEDORES

	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores de imobilizado ¹	39.893	56.952
Fornecedores de materiais e serviços	11.404	17.833
Encargos de uso rede elétrica	3.125	3.750
Energia elétrica comprada	2.687	2.030
Combustíveis fósseis	505	9.222
Arrendamentos a pagar	52	48
Passivo circulante	57.666	89.835
Arrendamentos a pagar ²	4	44
Passivo não circulante	4	44
	57.670	89.879

(1) No saldo de fornecedores de imobilizado estão contempladas estimativas de desembolso futuro decorrentes da conclusão da construção da Usina, dos quais R\$ 3.951 (R\$ 15.782 em 31.12.2021) referem-se aos compromissos socioambientais.

(2) Os valores referentes aos arrendamentos a pagar no longo prazo estão apresentados como parte da rubrica "Outros passivos não circulantes".

NOTA 9. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos de seus negócios, segue integralmente as regras do Fórum de Gerenciamento de Riscos de sua controladora, ENGIE Brasil Energia, a quem cabe: (i) analisar e propor contribuições à minuta da Matriz de Riscos e Oportunidades; (ii) contribuir com a identificação de outros riscos e oportunidades empresariais; e (iii) aprovar proposta de Matriz de Riscos e Oportunidades a ser encaminhada para aprovação da Diretoria Executiva.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos.

a) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de índices de preços.

Esses riscos são monitorados pelo Fórum Financeiro de sua controladora, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia está exposta são estes:

a.1) Risco relacionado às dívidas com taxas de juros e índices flutuantes

Esse risco está relacionado com a possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas por conta de flutuação de taxas de juros aplicados aos seus passivos, resultando em efeitos em suas despesas financeiras. A Companhia está exposta às variações da TJLP e do IPCA.

Quanto ao risco de aceleração inflacionária, a totalidade dos contratos de venda de energia em vigor possui cláusula de reajuste inflacionário, com a aplicação de IPCA, o que representa um *hedge* natural de longo prazo para as dívidas e as obrigações indexadas a índices de inflação e/ou atreladas à aceleração inflacionária.

A variação da TJLP tende a acompanhar as flutuações das taxas de juros e efeitos inflacionários. Dessa forma, o financiamento contratado, vinculado à TJLP, tende a ser protegido pelos contratos de venda de energia, os quais possuem cláusula de reajuste inflacionário. Ressalta-se que o montante correspondente à parcela da TJLP que excede 6% a.a. é incorporado ao principal da dívida, fator que mitiga o impacto imediato no fluxo de caixa da Companhia, em caso de aceleração da TJLP.

Notas Explicativas

a.2) Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia apresenta uma análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros expostos a riscos da variação de taxas de juros e de índices flutuantes. O cenário-base provável para o ano de 2023 foi definido por meio destas premissas disponíveis no mercado (Fonte: Relatório Focus do Banco Central do Brasil).

Risco de variação	Variação	Cenário	Sensibilidade		
	12 meses	Provável	Provável	$\Delta + 25\%$ ⁽¹⁾	Administração
	31.12.2022	31.12.2023			
TJLP	7,2%	7,4%	0,2 p.p.	1,9 p.p.	0,3 p.p.
IPCA	5,8%	5,3%	-0,5 p.p.	1,3 p.p.	-1,4 p.p.

(1) Variações sobre o cenário provável de 2023.

A sensibilidade provável foi calculada com base nas variações entre os índices do ano de 2022 e os previstos no cenário provável para 2023, e demonstram os eventuais impactos adicionais no resultado da Companhia. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base (i) na variação de 25%; e (ii) nas estimativas da Administração sobre o cenário projetado, as quais correspondem a avaliação da Administração de alteração razoavelmente possível nas taxas de juros e índices flutuantes para os próximos 12 meses. As variações que poderão impactar o resultado, e, conseqüentemente, o patrimônio líquido nos próximos 12 meses, em comparação aos últimos 12 meses, caso tais cenários se materializem, são estas:

	Saldos em	Sensibilidade		
	31.12.2022	Provável	$\Delta + 25\%$	Administração
Risco de aumento				
Financiamentos				
TJLP	761.411	(1.278)	(13.883)	(2.391)
Debêntures				
IPCA	1.027.118	5.200	(14.058)	15.171

b) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (debêntures e financiamentos, deduzidas do caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados ao serviço da dívida) e pelo patrimônio líquido, que inclui o capital social e as reservas de lucros. A relação da dívida líquida pelo patrimônio líquido foi esta:

	31.12.2022	31.12.2021
Instrumentos de dívida	1.788.529	1.762.751
(-) Depósitos vinculados ao serviço da dívida	(111.331)	(111.674)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(77.102)	(172.944)
Dívida líquida	1.600.096	1.478.133
Patrimônio líquido	1.223.030	1.136.241
Endividamento líquido	1,3	1,3

c) Risco de aceleração do vencimento de dívidas

A Companhia possui financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas (*covenants*), normalmente aplicáveis às operações dessa natureza, relacionadas ao atingimento de indicadores de desempenho financeiro. Caso a Companhia não atenda a alguma destas cláusulas, a dívida poderá ter seu vencimento antecipado. Mais informações vide Nota 10 – Instrumentos de dívida.

d) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as vendas de energia e as aplicações financeiras. O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos e clientes em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

Notas Explicativas

d.1) Riscos relacionados à venda de energia

Nos contratos de longo prazo firmados com distribuidoras, a Companhia minimiza o seu risco de crédito por meio da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Os créditos de todos os clientes são revisados anualmente e a sua exposição aos diversos setores da economia é avaliada periodicamente, de modo a diminuir a exposição ao risco específico setorial.

d.2) Riscos relacionados às aplicações financeiras

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 31.12.2022, esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do Governo Brasileiro, todos com liquidez diária e pós-fixados, atrelados à variação da Selic.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos, em decorrência de eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

e) Risco de liquidez

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente.

A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A Companhia, também, conta com o suporte da sua controladora ENGIE Brasil Energia na gestão de sua liquidez.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e nas obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

No demonstrativo a seguir, apresenta-se o perfil previsto de liquidação dos principais passivos financeiros da Companhia registrados em 31.12.2022. Os valores foram determinados com base nos fluxos de caixa não descontados previstos, considerando a estimativa de amortização de principal e pagamento de juros futuros, quando aplicável. Para as dívidas com juros pós-fixados o valor foi obtido com base na curva de juros do encerramento do exercício.

	Até 1 ano	De 2 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	57.666	4	-	-	57.670
Financiamentos	99.052	198.104	198.104	800.670	1.295.930
Debêntures	88.450	215.524	209.427	1.138.161	1.651.562
	245.168	413.632	407.531	1.938.831	3.005.162

f) Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

	Hierarquia	31.12.2022	31.12.2021
Ativos financeiros			
Valor justo por meio do resultado			
Aplicações financeiras	Nível 1	35.141	150.591
Custo amortizado			
Caixa e depósitos bancários à vista	N.A.	41.961	22.353
Contas a receber de clientes	N.A.	36.706	114.791
Depósitos vinculados	N.A.	111.331	111.674
		225.139	399.409
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Fornecedores	N.A.	57.670	89.879
Financiamentos	N.A.	761.411	784.729
Debêntures	N.A.	1.027.118	978.022
Ressarcimentos às distribuidoras	N.A.	-	355.276
		1.846.199	2.207.906

Notas Explicativas

Mensuração do valor justo

A Companhia mensura alguns instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para o cálculo do valor justo são utilizadas técnicas de avaliação apropriadas às circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis, de forma a minimizar o uso de dados não observáveis.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a mensuração do valor justo seja obtida direta ou indiretamente, por meio de outras informações, diferentes dos preços cotados (nível 1); e
- Nível 3: técnicas de avaliação para as quais as informações utilizadas na mensuração do valor justo não estão disponíveis no mercado (não observáveis).

g) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros somente foram identificadas diferenças entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado nos financiamentos e nas debêntures. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

Na determinação dos valores de mercado foram utilizados os fluxos de caixa futuros, descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

	31.12.2022		31.12.2021	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Financiamentos	761.411	773.754	784.729	798.015
Debêntures	1.027.118	1.015.514	978.022	1.030.014
	1.788.529	1.789.268	1.762.751	1.828.029

NOTA 10. INSTRUMENTOS DE DÍVIDA

Prática contábil:

Os financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos incorridos nas captações e, posteriormente, são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva.

Os instrumentos de dívida são compostos pelo saldo de financiamentos e debêntures.

	31.12.2022	31.12.2021
Financiamentos	761.411	784.729
Debêntures	1.027.118	978.022
TOTAL	1.788.529	1.762.751
Passivo circulante	71.372	63.394
Passivo não circulante	1.717.157	1.699.357

Notas Explicativas

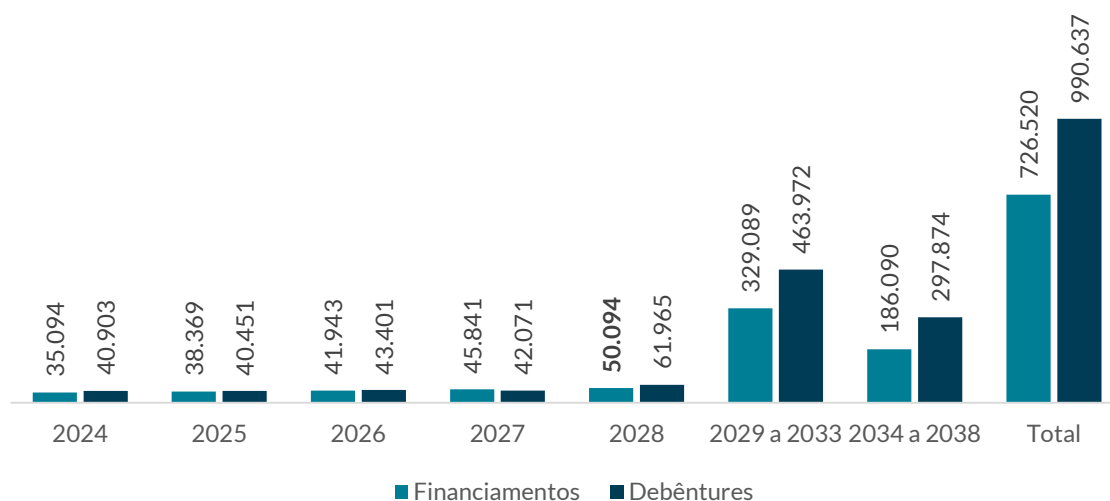
a. Composição

	31.12.2022			31.12.2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Financiamentos						
BNDES	32.091	726.520	758.611	31.579	750.470	782.049
Encargos	2.800	-	2.800	2.680	-	2.680
	34.891	726.520	761.411	34.259	750.470	784.729
Debêntures						
Debêntures - 1ª emissão	10.003	386.918	396.921	6.644	374.520	381.164
Debêntures - 2ª emissão	13.315	603.719	617.034	9.643	574.367	584.010
Encargos	13.163	-	13.163	12.848	-	12.848
	36.481	990.637	1.027.118	29.135	948.887	978.022
	71.372	1.717.157	1.788.529	63.394	1.699.357	1.762.751

b. Mutação

Saldo em 31.12.2020	1.692.374
Custos de emissão de instrumentos de dívida	(1.258)
Juros	127.825
Variações monetárias	102.495
Amortização de principal	(37.395)
Amortização de juros	(121.290)
Saldo em 31.12.2021	1.762.751
Juros	138.803
Variações monetárias	65.437
Amortização de principal	(46.340)
Amortização de juros	(132.122)
Saldo em 31.12.2022	1.788.529

c. Vencimentos dos financiamentos e debêntures apresentados no passivo não circulante



Notas Explicativas

d. Condições contratadas

	Quantidade ¹	Remuneração	Condições de Pagamento			Saldos em 31.12.2022
			Encargos	Principal	Vencimento	
Financiamentos						
BNDES	-	TJLP + 3,09% a.a. ²	Mensais	Mensais	01.2036	761.411
Debêntures						
1ª Emissão - Série 1	102.000	IPCA + 6,25% a.a.	Semestrais a partir de 10.2021	Semestrais a partir de 10.2021	04.2028	113.765
1ª Emissão - Série 2	238.000	IPCA + 7,50% a.a.	Semestrais a partir de 10.2021	Semestrais a partir de 10.2028	10.2036	288.878
2ª Emissão - Série 1	150.000	IPCA + 4,50% a.a.	Semestralmente a partir de 10.2021	14 parcelas semestrais a partir de 10.2021	04.2028	158.136
2ª Emissão - Série 2	432.000	IPCA + 5,75% a.a.	Semestralmente a partir de 10.2021	17 parcelas semestrais a partir de 10.2028	10.2036	466.339

(1) Aplicável somente para debêntures.

(2) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é incorporado ao principal.

e. Garantias

As garantias dos financiamentos são: (a) cessão dos direitos emergentes da autorização; (b) cessão dos direitos creditórios; (c) penhor da totalidade das ações; (d) penhor de máquinas e equipamentos relativos ao projeto; (e) hipoteca dos terrenos urbanos de sua propriedade destinada à implantação do projeto; (f) conta reserva em montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida; e (g) conta reserva em valor correspondente a 3 meses das despesas contratuais de operação e de manutenção

A conta reserva em montante equivalente a 3 meses do serviço da dívida e das despesas de operação e de manutenção foi devidamente composta pela Companhia, conforme determinação contratual (Nota 6 – Depósitos vinculados).

f. Compromissos contratuais (covenants)

Dívida	Covenants	Medição em 31.12.2022
Financiamentos		
BNDES	ICSD \geq 1,2	1,93
Debêntures		
1ª e 2ª Emissões	ICSD \geq 1,1 ¹	1,93

(1) Maior ou igual a 1,1 para fins de vencimento antecipado e maior ou igual a 1,2 para fins de distribuição de quaisquer recursos aos acionistas, exceto dividendos mínimos estatutários. Ressalta-se que existem outras obrigações que devem ser cumpridas concomitantemente para a distribuição de recursos adicionais aos acionistas, como por exemplo atingir o *completion* do projeto.

Os compromissos financeiros estão sendo integralmente cumpridos pela Companhia.

Notas Explicativas

NOTA 11. RESSARCIMENTO ÀS DISTRIBUIDORAS

Ao longo do ano de 2022, a Companhia liquidou a maior parte do montante relativo ao mecanismo de ressarcimento, restando um saldo de R\$ 56.000, em 31.12.2022 (R\$ 355.276 em 31.12.2021), que segue em discussão sobre a excludente de responsabilidade de Pampa Sul, relativos à indisponibilidade de conexão. O valor foi reclassificado para o ativo, visto que há saldo disponível em contas a receber com distribuidoras. Do total liquidado, R\$ 4.311 foram reconhecidos em 2022 (R\$ 195.971, em 2021), líquidos de PIS e Cofins, tendo como contrapartida contas a receber das receitas auferidas às distribuidoras. A partir de abril de 2022, as atualizações do montante a ressarcir foram cessadas e a Companhia passou a liquidar o ressarcimento, mediante a emissão de notas fiscais para compensação com o saldo passivo.

a) Mutação do ressarcimento

	Circulante
Saldo em 31.12.2021	355.276
Realização	(304.027)
Reconhecimento	4.751
Reclassificação para contas a receber	(56.000)
Saldo em 31.12.2022	-

Os principais critérios de reconhecimento estão demonstrados abaixo:

Leilão	Tipo	Crítérios de reconhecimento
20º Leilão de Energia Nova	Disponibilidade	<p>Cálculo: diferença entre a indisponibilidade programada verificada e a indisponibilidade declarada para cálculo da garantia física.</p> <p>Valoração: com base no ICB do contrato, atualizado pelo IPCA (apuração até 2021).</p> <p>Pagamento: a liquidação ocorrerá em 2022.</p> <p>A partir de 2022, quaisquer diferenças entre geração e disponibilidade máxima contratual serão liquidadas mensalmente na CCEE.</p>

NOTA 12. TRIBUTOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES REGULATÓRIAS

a) Crédito de imposto de renda e contribuição social

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto de renda	33.052	29.713
Contribuição social	8.111	8.336
	41.163	38.049
Classificação no balanço patrimonial		
Ativo circulante	39.284	36.167
Ativo não circulante	1.879	1.882
	41.163	38.049

Notas Explicativas

b) Outros créditos fiscais a recuperar

Prática contábil:

São registrados pelos valores conhecidos, reduzido de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	31.12.2022	31.12.2021
Cofins ¹	5.127	29.040
PIS ²	1.117	6.838
ICMS ³	491	486
	6.735	36.364
Classificação no balanço patrimonial		
Ativo circulante	3.747	35.148
Ativo não circulante	2.988	1.216
	6.735	36.364

(1) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.

(2) Programa de Integração Social.

(3) Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte.

Os créditos de PIS e Cofins a recuperar referem-se a créditos decorrentes das aquisições de máquinas e equipamentos e de gastos com a construção de edificações para a implantação da UTE Pampa Sul.

c) Obrigações fiscais e regulatórias

Prática contábil:

São registradas pelos valores conhecidos, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes juros e variações monetárias incorridos.

	31.12.2022	31.12.2021
PIS e Cofins	3.152	-
INSS	714	919
Taxa de fiscalização	98	95
Outros	425	833
	4.389	1.847

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Prática contábil:

São calculados aplicando-se as alíquotas efetivas previstas para os exercícios sociais em que se espera realizar ou exigir as diferenças temporárias – diferenças entre o valor contábil dos ativos e dos passivos e sua base fiscal –, ou compensar os prejuízos fiscais e as bases negativas de contribuição social, quando aplicável. Esses tributos diferidos são integralmente apresentados no grupo “não circulante”, de forma líquida, independente da expectativa de realização e da exigibilidade dos valores que lhes dão origem.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, seja no resultado, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Notas Explicativas

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, como segue:

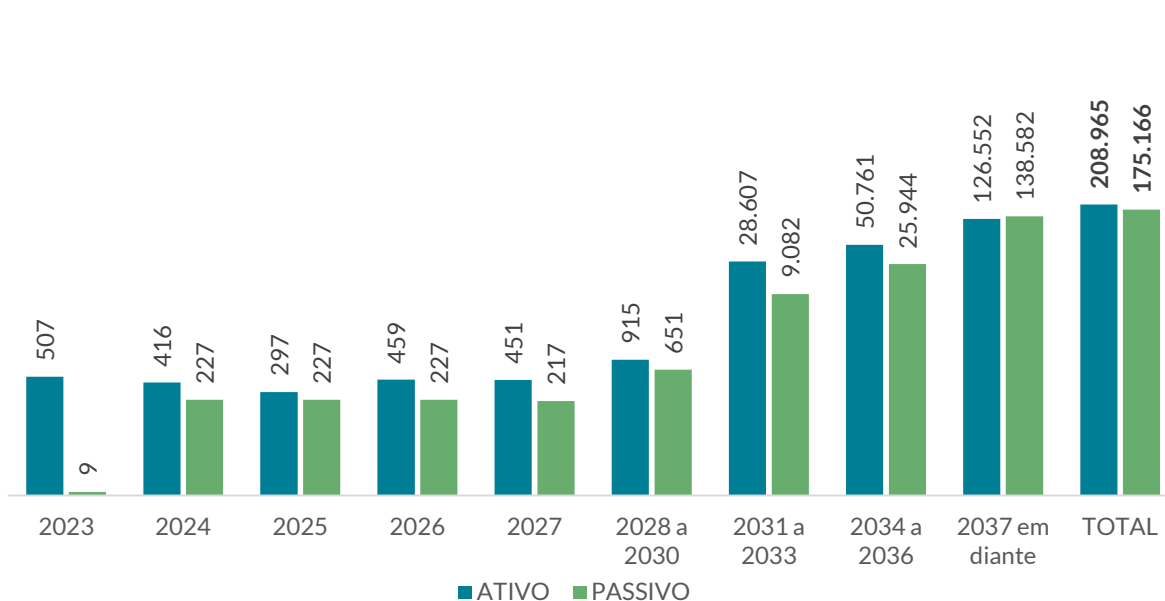
c.1) Composição

Natureza dos créditos	31.12.2022			31.12.2021	
	Base de cálculo	IR	CSLL	Total	Total
Ativo:					
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL	588.669	147.167	52.980	200.147	142.359
Depreciação antecipada - provisões	22.417	5.604	2.018	7.622	6.622
Despesas pré-operacionais	3.373	843	304	1.147	1.227
Outros	144	36	13	49	324
		153.650	55.315	208.965	150.532
Passivo:					
Depreciação acelerada	495.938	123.985	44.634	168.619	118.959
Encargos financeiros capitalizados	19.148	4.787	1.723	6.510	6.741
Outros	109	27	10	37	30
		128.799	46.367	175.166	125.730
Valor líquido		24.851	8.948	33.799	24.802

c.2) Mutações do imposto de renda e da contribuição social diferidos, líquidos

	Valor
Passivo em 31.12.2020	(30.800)
Impostos diferidos reconhecidos no resultado	55.613
Impostos diferidos em outros resultados abrangentes	(11)
Ativo em 31.12.2021	24.802
Impostos diferidos reconhecidos no resultado	8.994
Impostos diferidos em outros resultados abrangentes	3
Ativo em 31.12.2022	33.799

c.3) Expectativa de realização e exigibilidade



Notas Explicativas

e) Conciliação dos tributos no resultado

	2022			2021		
	IR	CSLL	TOTAL	IR	CSLL	TOTAL
Resultado antes dos tributos	(26.466)	(26.466)	(26.466)	(165.095)	(165.095)	(165.095)
Alíquota nominal	25%	9%	34%	25%	9%	34%
Tributos às alíquotas nominais	6.617	2.382	8.999	41.274	14.859	56.133
Outros	162	(1)	161	(73)	(116)	(189)
	6.779	2.381	9.160	41.201	14.743	55.944
Composição dos tributos no resultado						
Corrente	166	-	166	331	-	331
Diferido	6.613	2.381	8.994	40.870	14.743	55.613
	6.779	2.381	9.160	41.201	14.743	55.944
Alíquota efetiva	26%	9%	35%	25%	9%	34%

NOTA 13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Prática contábil:

Correspondem aos benefícios de curto prazo aos empregados, como, por exemplo: (i) ordenados, salários e contribuições para a seguridade social; (ii) licença anual remunerada e licença médica remunerada; e (iii) participação nos lucros e bônus. São registrados quando os serviços são prestados à Companhia e correspondem ao montante não descontado dos benefícios de curto prazo dos empregados,

que se espera que sejam pagos em troca destes serviços.

	31.12.2022	31.12.2021
Provisão para bônus gerencial	8.469	8.339
Provisão para férias	1.231	953
Salários e encargos sociais a pagar	471	715
Provisão para gastos com demissão voluntária	194	392
	10.365	10.399

NOTA 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia em 31.12.2022 e 31.12.2021 era de R\$ 1.076.692 representado por 1.076.692.000 ações ordinárias, sem valor nominal, das quais 1.076.691.999 pertencem à ENGIE Brasil Energia e 1 pertence à ENGIE Brasil Energia Comercializadora Ltda. ("EBC").

b) Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 2022, a Companhia recebeu de sua controladora adiantamentos para futuro aumento de capital, totalizando um montante de R\$ 104.100. Conforme AGE realizada no dia 06.01.2023, esse montante foi capitalizado para aumento do Capital Social.

c) Reserva de lucros

A composição da reserva de lucros é demonstrada a seguir:

	31.12.2022	31.12.2021
Reserva legal	9.320	9.320
Reserva de retenção de lucros	32.909	50.215
	42.229	59.535

c.1) Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% são aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia. A referida reserva tem a finalidade de assegurar a integridade

Notas Explicativas

do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social. Em 2022 e 2021, a Companhia não constituiu reserva legal devido aos prejuízos dos exercícios apurados.

c.2) Reserva de retenção de lucros

A reserva é constituída, com base em orçamento de capital, com a finalidade de financiar a manutenção da Usina. Os lucros retidos, quando aplicável, são decorrentes das obrigações assumidas no âmbito das dívidas contratadas pela Companhia, as quais preveem a necessidade do cumprimento de algumas obrigações para que seja destinado montante superior aos dividendos mínimos obrigatórios. Haja visto que tais compromissos ainda não foram cumpridos em sua totalidade, a Companhia permanecerá limitada somente à destinação do mínimo obrigatório.

No exercício de 2022, a Companhia registrou prejuízo, e, portanto, não houve montante destinado à reserva. Por conseguinte, o resultado apurado no exercício corrente foi integralmente absorvido pelo saldo da reserva de retenção de lucros.

d) Prejuízo por ação básico e diluído

	31.12.2022	31.12.2021
Prejuízo do exercício	(17.306)	(109.151)
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	1.076.692	1.076.692
Prejuízo por ação básico e diluído – Em reais	(0,01607)	(0,10138)

A Companhia não possui ações com efeitos diluidores no exercício apresentado, motivo pelo qual não há diferença entre o prejuízo por ação básico e diluído.

e) Outros resultados abrangentes

A conta registra as variações dos valores justos, líquidos do imposto de renda e da contribuição social diferidos das obrigações com os benefícios de aposentadoria dos planos de benefícios definidos patrocinados pela Companhia.

NOTA 15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Prática contábil

A receita é mensurada com base na contraprestação precificada no contrato com o cliente, pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos tributos incidentes sobre ela.

A receita é reconhecida de acordo com a observância das seguintes etapas: (i) identificação dos direitos e compromissos do contrato com o cliente; (ii) identificação das obrigações de desempenho contratadas; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço às obrigações de desempenho; e (v) reconhecimento quando (ou na medida em que) as obrigações de desempenho são satisfeitas. Uma receita só é reconhecida quando não há incerteza significativa quanto à sua realização.

A receita é reconhecida conforme os contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida mensalmente, dado que o cliente, simultaneamente, recebe e consome os benefícios fornecidos pela Companhia. Consequentemente, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações dos resultados.

	2022	2021
Receita operacional bruta		
Suprimento de energia elétrica	723.778	526.136
Transações no mercado de curto prazo	21.526	136.959
Outras receitas	3.327	4.092
	748.631	667.187
Deduções da receita operacional		
PIS e Cofins	(69.206)	(61.253)
Pesquisa e desenvolvimento	(6.701)	(5.831)
ICMS	(460)	(12.792)
	(76.367)	(79.876)
Receita operacional líquida	672.264	587.311

Notas Explicativas

Em 31.12.2022, a Companhia não possuía clientes que participavam individualmente com percentual superior a 5% da receita operacional líquida.

NOTA 16. RESULTADO FINANCEIRO

	2022	2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	10.685	5.533
Renda de depósitos vinculados	12.498	5.230
Outros juros e variações monetárias	1.551	661
Outras receitas financeiras	31	2
	24.765	11.426
Despesas financeiras		
Juros e variação monetária sobre		
Instrumentos de dívida	204.240	230.320
Outros	33	247
Outras despesas financeiras	32.571	1.042
	236.844	231.609
Resultado financeiro	212.079	220.183

NOTA 17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Prática contábil:

As transações de compra e de venda de energia, de prestação de serviços e de emissão e compra de instrumentos financeiros são realizadas em condições e prazos firmados entre as partes e registradas de acordo com os termos contratados, as quais são atualizadas pelos encargos estabelecidos nos contratos.

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais e de resultado

	Passivo		
	Fornecedores		
	Energia	Materiais e serviços	
31.12.2022			
ENGIE Brasil Energia	2.687	2.500	
Total	2.687	2.500	
31.12.2021	2.030	-	
	Custos e Despesas		
	Compra de Energia	Serviços de Terceiros	Despesas financeiras
2022			
ENGIE Brasil Energia	30.168	4.518	-
Outras	-	332	-
Total	30.168	4.850	-
2021	98.892	450	22.839

b) Remuneração dos administradores

Os administradores da Companhia, também são administradores da sua controladora, ENGIE Brasil Energia, e a partir de 01.01.2021 renunciaram seus direitos de remuneração pela Companhia, sendo remunerados apenas pela ENGIE.

Notas Explicativas

c) Serviços administrativos e financeiros

Os serviços necessários às atividades administrativas e financeiras são prestados pela sua controladora, ENGIE Brasil Energia, reajustados anualmente pelo INPC. O valor reconhecido no resultado de 2022 foi de R\$ 4.518 (R\$ 450 em 2021). A vigência do contrato é dezembro de 2023 e o saldo existente em 31.12.2022 é de R\$ 4.518 (R\$ 9.036 em 31.12.2021).

d) Garantias

A controladora ENGIE Brasil Energia é interveniente garantidora no contrato de financiamento firmado pela Companhia com o BNDES, nas escrituras de emissão da 1ª e 2ª emissões de debêntures, prestando garantia fidejussória (fiança) até o *completion* do projeto, bem como oferecendo o penhor da totalidade das ações de emissão da Pampa de sua propriedade como garantia do fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia nos contratos mencionados.

e) Avais e fianças

A Companhia tem sua controladora, ENGIE Brasil Energia S.A., como avalista na garantia entregue em cumprimento ao contrato de CUST com o ONS, no valor de R\$ 5.810, que vencerá em 2023.

NOTA 18. SEGUROS

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios – *Property Damage and Business Interruption (PDBI)* – do programa de seguros de sua controladora ENGIE. A apólice tem como cobertura danos materiais incorridos à usina, incluindo a linha de transmissão, e lucros cessantes, no valor de R\$ 2.515.764 e R\$ 535.604, respectivamente. A vigência do seguro é até 31.05.2023.

NOTA 19. COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia considera os compromissos de longo apresentados abaixo, como suas obrigações mais relevantes:

a) CUST

Para o uso do sistema de transmissão e da rede básica, a Companhia mantém contrato com o ONS. Os compromissos futuros referentes a este contrato, na data base de 31.12.2022, eram de R\$ 950.006.

b) Contratos compra de carvão

A Companhia possui contrato de compra de carvão, com vigência até 2029 e previsão de renovação por mais 15 anos. Os compromissos futuros referentes a este contrato, na data base de 31.12.2022, eram de R\$ 2.228.794.

c) Contratos compra de calcário dolomítico

A Companhia possui contrato de compra de calcário dolomítico, com vigência até 2043. Os compromissos futuros referentes a este contrato, na data base de 31.12.2022, eram de R\$ 735.544.

d) Contratos de venda de energia

A Companhia possui contratos de venda de energia de longo prazo, cujas quantidades contratadas estão demonstradas no quadro a seguir:

Em MW médios	Venda
2023	295
2024	295
2025	295
2026	295
2027	295
2028 a 2031	1.473
Demais anos	3.241
	6.189

Notas Explicativas

NOTA 20. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações complementares ao fluxo de caixa foram as seguintes:

	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores de imobilizado e intangível	(17.059)	(34.993)
Reversão de estimativas	-	(13.898)

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos administradores e acionistas da
Usina Termelétrica Pampa Sul S.A.
Florianópolis/SC

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Usina Termelétrica Pampa Sul S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito na nota explicativa nº 15 às demonstrações contábeis, a receita da Companhia decorre substancialmente do suprimento de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da complexidade no processamento, no registro das transações e no reconhecimento da receita. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu R\$ 748.631 mil decorrente do suprimento de energia elétrica.

Como nossa auditoria conduziu este assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros:

- (i) Avaliação da adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia, e entendimento dos controles internos relacionados ao reconhecimento da receita de fornecimento e suprimento de energia elétrica;
- (ii) Avaliação da razoabilidade das estimativa contábeis da receita, reconhecida ao final do exercício;
- (iii) Análise de uma amostra de contratos, para conferência dos dados utilizados na mensuração da estimativa da receita de fornecimento de energia elétrica ao final do exercício;
- (iv) Avaliação do relatório de liquidação subsequente emitido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE, com o propósito de corroborar a quantidade de energia transacionada pela Companhia;
- (v) Teste de recebimento e pagamento subsequente de faturas, por amostragem; e
- (vi) Avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a receita, incluídas na nota 15 às demonstrações contábeis.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento da receita, que está consistente com a avaliação da Companhia, consideramos que os critérios e premissas utilizadas são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 24 de fevereiro de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira,

constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau (SC), 06 de março de 2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC SC-000048/F-0

Adilvo França Junior
Contador CRC BA-021419/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, ERNST & YOUNG Auditores Independentes, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Presidente

Patricia Fabiana Farrapeira Muller
Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores

Sérgio Roberto Maes
Diretor Técnico-Operacional

Florianópolis, 06 de março de 2023.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia, bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, ERNST & YOUNG Auditores Independentes, referenciadas no Relatório dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

José Luiz Jansson Laydner
Diretor Presidente

Patricia Fabiana Farrapeira Muller
Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores

Sérgio Roberto Maes
Diretor Técnico-Operacional

Florianópolis, 06 de março de 2023.